



PGR - 00322436/2015

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

PARECER TÉCNICO Nº101/2015-4ªCCR

REFERÊNCIA	1.00.000.007975/2013-36
UNIDADE SOLICITANTE	GT- Patrimônio Cultural
EVENTO	Vistoria na Reserva Técnica do Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville, SC em função do Projeto MPF-ARQ.
LOCAL	Municípios de Joinville, SC
COORDENADAS GEOGRÁFICAS	Feição considerada: (X) pontual () linear () poligonal
	Lat/Long dec.: -26.296340° Lat. -48.842998° Long.

1 INTRODUÇÃO

As vistorias nas Reservas Técnicas foram iniciadas conforme o cronograma do projeto aprovado no âmbito do Ministério Público Federal, intitulado “Diagnóstico das Condições de Conservação do Patrimônio Arqueológico existentes nas Reservas Técnicas – MPF-ARQ”, sob a coordenação da Procuradora da República em Minas Gerais Dra. Zani Cajueiro Tobias de Souza.

Em 2013, a Dra. Zani Cajueiro já havia iniciado a solicitação de vistorias em Minas Gerais, para averiguar as condições da salvaguarda do material arqueológico de trabalhos de arqueologia preventiva em três instituições: Universidade Federal de Minas Gerais, Museu de Ciências Naturais da PUC-MG e o Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire (CAALE). Nessa época, o CNA/IPHAN não havia disponibilizado ainda o banco de dados completo, por isso, o trabalho foi baseado em uma análise prévia das informações encaminhadas pela Superintendência do IPHAN/MG¹, com a elaboração do PT nº165-13 4ª CCR. Nessas três instituições foram constatados alguns problemas, sendo que a PUC-MG foi o mais problemático, onde não havia nenhum controle dos endossos emitidos ou relatórios para comprovação se houve ou não geração de acervo.

Essa vistoria serviu de parâmetro para a elaboração do projeto MPF-ARQ.

Em Fevereiro de 2014, o CNA/IPHAN encaminha ao MPF, ofício com a planilha contendo informações de projeto, quantidade de endossos e portarias emitidas entre 1991 e 2104, divididas em pesquisa acadêmica e preventiva, totalizando 15.054. Foi realizada uma análise prévia da planilha por parte da presente analista, com a elaboração do PT nº134/2014-4ª CCR.

¹ OFÍCIO/GAB/IPHAN/MG nº0733/2013 de 25/abr/2013.

No presente projeto MPF-ARQ, a análise dos endossos e portarias foi delimitada no período de 2008 a 2014, que totalizaram 6394 portarias. Dentre elas, foram apenas consideradas as portarias de arqueologia preventiva, foco principal do projeto. Destas, 6319 foram portarias de arqueologia preventiva e 75 de arqueologia acadêmica.

Apenas para constar como informação temos:

Ano	Nº portarias
2008	769
2009	756
2010	982
2011	1202
2012	947
2013	1562
2014 (apenas janeiro)	176

Fonte: CNA/IPHAN, 2014

O critério para selecionar tais instituições foi baseado na quantidade de endossos emitidos pelas mesmas, além de tentar abranger as instituições mais significativas no Brasil.

Nessa fase do projeto, foram selecionadas três instituições em três município do Estado de Santa Catarina.

Assim, serão elaborados separadamente os relatórios das instituições.

2 VISTORIA NO MUSEU ARQUEOLÓGICO DO SAMBAQUI – PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE/SC

Endereço: Rua Dona Francisca, 600 – Saguaiçu. Joinville/SC

Diretora: Roberta Meyer Miranda da Veiga

A vistoria foi realizada no dia 07 de maio de 2015.

A presente analista foi recebida pela diretora Roberta Meyer Miranda da Veiga, arqueólogas Dione Bandeira e Beatriz Ramos da Costa e pela analista em restauro e conservação, Adriana Maria Pereira dos Santos.

O Museu Arqueológico do Sambaqui é um dos mais antigos museus de arqueologia no Brasil. As coleções e as pesquisas em sambaquis são reconhecidas por todos os acadêmicos da

área.

De acordo com o site da Fundação Cultural de Joinville:

O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) foi criado em 1969, a partir da compra da coleção de Guilherme Tiburtius, em 1963. Esta coleção constitui-se em relevante material de populações pré-coloniais cuja economia de subsistência se baseava, principalmente, na exploração de recursos de rios, lagos e mares. O objetivo do museu é promover a salvaguarda e o gerenciamento do patrimônio arqueológico, bem como a comunicação do conhecimento relacionado a ele.

Com a construção da sede própria, em 1972, o museu passou a atuar na preservação do patrimônio arqueológico do município, função reforçada pela Lei Orgânica Municipal de 1990. As ações do MASJ são acompanhadas pelo crescimento dos acervos em decorrência de doações particulares, pesquisas e a localização de novos sítios. O museu é reconhecido nacionalmente pelo Programa de Educação Patrimonial que desenvolve há mais de 25 anos²

Segundo a diretora do MASJ, de 1983 a 2015 já houveram, pelo menos, 14 enchentes, sendo a última ocorrida em março de 2015, onde a água subiu 55 cm, levando a vigilância sanitária a interditar todo o Museu. Atualmente foram liberadas algumas salas, porém, os laboratórios e a sala de exposição continuam fechadas. As salas de exposição estão servindo para a secagem do material arqueológico que foi atingido pelas enchentes (FIG.1 e 2).

Uma das reconstituições faciais do Homem do Sambaqui foi danificada devido à enchente (FIG. 3).



FIG. 1 – Utilização da sala de exposição para secagem do material arqueológico atingido pelas enchentes de março de 2015.



FIG. 2 - Utilização da sala de exposição para secagem do material arqueológico atingido pelas enchentes de março de 2015.

² Disponível em <<https://fundacaocultural.joinville.sc.gov.br/conteudo/10-Museu+de+Sambaqui.html>>. Acesso em 20/mar/2015.



Na semana anterior à vistoria, o técnico do IPHAN esteve no local a fim de averiguar as condições que se encontrava o MASJ, com a afirmação de que o museu não teria mais condições para funcionamento, devendo haver mudança física para um local adequado, sem problemas de enchentes, onde o acervo, pesquisadores e todos os funcionários tivessem condições adequadas de trabalho e guarda.

Os laboratórios também estão fechados devido à problemas de insalubridade. As caixas com acervo estão amontoados junto com os equipamentos de campo na parte superior das estantes de metal (FIG. 4 e 5), pois a enchente chegou à 55cm de altura.

M



FIG. 4 – Laboratório. Caixas de acervo e equipamentos de campo amontados na parte superior da estantes de metal devido à enchente.



FIG. 5 – Laboratório. Caixas de acervo e equipamentos de campo amontados na parte superior da estantes de metal devido à enchente.

2.1 ENDOSSOS

A planilha fornecida pelo CNA/IPHAN apresentou um total de 107 (cento e sete) Endossos Institucionais de 2008 a 2014, sendo 40 (quarenta) de terceiros. Desse total de endossos, apenas 5 (cinco) foram de salvamento que geraram acervo, 3 (três) necessitam de comprovação de relatório e 5 (cinco) foram cancelados (ANEXO 1).

A quantidade de acervo vindo de salvamento arqueológico é muito pouca, contendo, em média, duas caixas para cada um dos cinco salvamentos. Segundo a diretora, o MASJ não cobrava pelos endossos e em alguns casos, solicitou doação de equipamentos.

De acordo com o ANEXO 1, observou-se que a ausência de controle das emissões dos mesmos necessita ser justificada, na medida em que é MASJ, o responsável legal perante o CNA/IPHAN.

me

2.2 Reserva Técnica (RT)

A Reserva Técnica do MASJ apresenta um espaço de 92 m², com armários deslizantes. Os armários estão em boas condições (FIG. 6; 7; 8 e 9), porém, como o prédio tem problemas graves de umidade devido às recorrentes enchentes, foi observado que o acervo corre grave risco de deterioração.

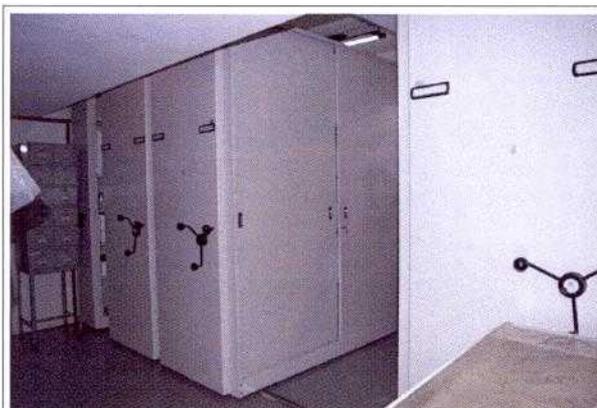


FIG. 6 - Reserva Técnica. Armários deslizantes para acondicionamento do acervo e documentação.



FIG. 7 - Reserva Técnica. Armários deslizantes para acondicionamento do acervo e documentação.



FIG. 8 - Reserva Técnica. Armários deslizantes para acondicionamento do acervo e documentação.

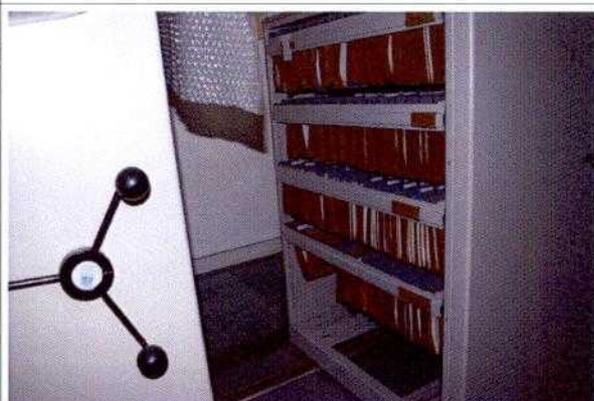


FIG. 9 - Reserva Técnica. Armários deslizantes para acondicionamento do acervo e documentação.

A ausência de climatização aliada aos danos causados pelas enchentes, fizeram com que a Prefeitura de Joinville realizasse algumas improvisações, como por exemplo, abrir uma saída para escoar a água da enchente, além de vedações para não permitir maiores infiltrações de água (FIG. 10 e 11).

M



FIG. 10 – Reserva Técnica. Abertura para escoamento da água da enchente e vedações na parede.



FIG. 11 - Reserva Técnica. Abertura para escoamento da água da enchente e vedações na parede.

Observou-se a presença de caixas de papelão e madeira (FIG. 12 e 13). Segundo a conservadora, as caixas foram tratadas contra cupim e que futuramente serão todas trocadas pelas caixas do tipo marfinite.



FIG. 12 – Reserva Técnica. Caixas de madeira e papelão.



FIG. 13 - Reserva Técnica. Caixas de madeira e papelão.



A fim de escoar a água das chuvas que acumulava no teto e conseqüentemente infiltrava nas salas do MASJ, a Prefeitura realizou uma intervenção na área externa do prédio que, além de não resolver o problema, agravou, no sentido de que a infiltração piorou após essas intervenções (FIG. 14 e 15).



FIG. 14 – Intervenções no prédio para escoamento da água no teto.



FIG. 15- Detalhe das intervenções no prédio para escoamento da água no teto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MASJ com toda sua tradição de pesquisa e acervo está em estado gravíssimo de deterioração do prédio e que, conseqüentemente, atinge o patrimônio arqueológico nele existente. Além de ser totalmente insalubre para seus funcionários.

A Reserva Técnica, apesar de possuir armários de boa qualidade para a guarda do material, não pode ficar num espaço com enchentes frequentes, que deterioram o acervo nela existente.

Existe a necessidade em caráter de urgência de mudança do prédio, com o risco de perda do acervo arqueológico nela existente.

Apesar de não haver muitos endossos de terceiros, é necessário que a instituição exija do arqueólogo solicitante o compromisso de enviar relatórios e (quando houver) materiais com sua devida documentação, incluindo o parecer do IPHAN e acondicionamento adequado, de acordo com a exigência de cada instituição.

É o Relatório.

Brasília, 25 de maio de 2015.



Sandra Nami Amenomori
Analista do MPU/Perícia/Arqueologia